



José Lourenço faz o que pode para atender Sarney e evitar maiores ônus para Previdência

Sarney convoca pronto-socorro à Previdência

O presidente José Sarney fez um apelo aos seus líderes no Congresso-Constituinte para que empreendam um último e desesperado esforço no sentido de promover algumas alterações no futuro texto constitucional, no segundo turno de votação que se processa atualmente, argumentando que alguns pontos impõem ao País sacrifícios insuportáveis.

Sarney ponderou que não estava falando por um capricho pessoal. Como tem pouco mais de um ano de mandato, está certo de que conseguirá suportar as consequências de alguns desses dispositivos, que se localizam, principalmente, no Capítulo da Ordem Social. Mas, o País é que não suportará o aumento das responsabilidades sem indicação de fonte de custeio.

O Presidente refere-se à criação de uma série de benefícios que oneram consideravelmente o sistema previdenciário, ameaçando inviabilizá-lo. É o caso, por exemplo, do direito à aposentadoria aos 60 anos para o trabalhador rural e aos 55 anos para a mulher trabalhadora do campo. Há vários outros pontos que Sarney considera insuportáveis.

A esta altura, não se acredita, entre diferentes líderes da Constituinte, que haja possibilidade de qualquer alteração no texto sem acordo. As votações que estão se processando prejudicam sempre o lado que deseja promover alterações no texto e que não revela condições de reunir o quorum de 280 votos para alcançar seu objetivo. O Governo, particularmente o Presidente da República, não demonstrou maior interesse em influir nas decisões da Assembleia desde quando se iniciou o processo de elaboração da nova Carta Constitucional.

O presidente Sarney só se interessou em influir na votação em torno da duração de seu mandato e da forma de governo, se parlamentarismo ou presidencialismo. Assim mesmo, teve de mobilizar o apoio, que foi considerado decisivo, da alta

hierarquia militar e das principais lideranças do meio empresarial.

Foi importante o apoio militar para que o Governo ganhasse o mandato de cinco anos e derrubasse a tentativa de implantação do parlamentarismo — o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves telefonou pessoalmente a vários constituintes, encarecendo a necessidade de votar em favor do pleito do governo.

Até mesmo alguns dos líderes do governo ironizam o interesse revelado agora pelo Presidente em mobilizar constituintes para suprimir algumas disposições do novo texto constitucional. Entre os seus próprios aliados Sarney não encontra clima favorável para fazer uma grande mobilização em favor da derrubada de certos dispositivos da Ordem Social.

Como reconhecia o senador Saldanha Derzy, líder do Governo, estamos às vésperas de uma importante eleição municipal. A maioria dos constituintes não vê com simpatia a possibilidade de votar contra o que já se convencionou chamar de avanço social para aparecer como um retrógrado aos olhos do eleitorado. O Governo perdeu a grande oportunidade de influir nas decisões da Constituinte a partir da votação do primeiro turno. O segundo turno, todos o sabem, inclusive o Governo, é meramente homologatório, havendo poucas possibilidades de se alterar qualquer dispositivo sem um acordo entre as lideranças.

Participaram da reunião com Sarney, ontem, o líder do PFL na Câmara, José Lourenço; os senadores Saldanha Derzi, líder do Governo no Senado e, Marcondes Gadelha, líder do PFL no Senado; o deputado Carlos Sant'Anna, líder da maioria e do Governo na Câmara; e o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. O encontro foi de quase uma hora, e já se tornou rotina, pois o Presidente prefere agora não receber isoladamente PMDB e PFL.

Promulgação vai reunir estadistas

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pretende transformar a solenidade de promulgação da nova Constituição no maior acontecimento político da América Latina, para caracterizar a luta do continente pela democracia. Além dos chefes de governos latino-americanos, Ulysses vai convidar presidentes de vários países da Europa, como Mário Soares, de Portugal, e todo o corpo diplomático sediado em Brasília.

Apesar de não querer fazer previsões públicas sobre a data da promulgação da Carta, Ulysses está trabalhando com o prazo de 21 de setembro, início da primavera. Ele quer dividir a solenidade em duas etapas. A primeira será realizada três dias antes da promulgação, quando todos os constituintes rubricarão o texto. Para essa festa, estritamente interna, os constituintes deverão trazer seus familiares. A previsão é a de que isso ocorra no próximo dia 17.

O médico voa na hora do sufoco

A ausência dos médicos de plantão no plenário retardou o atendimento da deputada Raquel Candido (PFL-RO), que ao sentir-se mal durante a sessão não encontrou socorro, tendo sido levada para o gabinete da liderança do PDT. O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), denunciou a precariedade do serviço de microfone de apertar, temendo pelo estado de saúde da deputada, abalada pelo "stress" que lhe foi imposto pelas sessões contínuas da Assembleia.

Mela hora depois da denúncia, os médicos de plantão ocuparam seu tradicional lugar: uma mesinha instalada na entrada secundária do plenário. O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, preocupado com o fato, entrou em contato com o presidente do Senado, Humberto Lucena, já que é o serviço médico daquela Casa o responsável pelo plantão nas sessões matutinas.

REJANE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

Se alguém lhe disser que sua vida vai melhorar com os direitos sociais aprovados pela Constituinte, acredite. Agora, se você é do tipo apressadinho e já começou a contabilizar lucros imediatos, é bom ter calma. Segundo cálculos do senador Almir Gabriel (PMDB-PA), que foi relator do capítulo da Ordem Social, pelo menos 30% dos dispositivos aprovados pela Constituinte ainda dependem de regulamentação para entrar em vigor. Como se não bastasse, ainda se prevê que os artigos considerados auto-aplicáveis — que dispensam legislação complementar — deverão alimentar longas disputas judiciais antes de serem considerados direitos líquidos e certos.

Para simplificar as coisas, deixemos de lado os dispositivos que dependem de complementação para nos fixarmos nos outros, pois fazer prognósticos sobre como e quando virá a legislação complementar não passa de futurologia. Afinal na história das Constituições Brasileiras, houve artigos que levaram décadas para serem regulamentados e até mesmo alguns que nunca o foram.

Passemos aos auto-aplicáveis, portanto. Para começar, uma boa notícia: as suas férias estão nesta categoria. Segundo o texto já referendado em último turno pelo plenário, você receberá um adicional de pelo menos 1/3 em seu salário referente ao mês de férias. Isto após a promulgação da Constituição, naturalmente. Mas digamos que você já esteja no gozo das férias quando a Carta for promulgada... o patrão é obrigado a pagar o adicional, paga apenas o proporcional aos dias que faltarem ou simplesmente esquece?

Parece simples, mas não é. Na verdade, nem mesmo os constituintes que votaram o dispositivo estão de acordo a respeito do assunto. O deputado Konder Reis (PDS-SC), relator da Constituição de 67 e um dos maiores batalhadores pelos direitos sociais na atual Constituinte, prevê "acirrada polêmica" em torno da matéria. Na opinião pessoal dele, a nova Constituição não favorecerá os



trabalhadores que já estejam em férias, como na hipótese levantada, pelo simples fato de que o ato jurídico (o início do período aquisitivo) teria sido anterior à entrada em vigor da Carta.

O senador José Fogaça (PMDB-RS), relator-adjunto da Constituinte, já pensa de forma diversa. "A Constituição se sobrepõe à ordem jurídica vigente, instituindo um novo estado de direito no País. Isto significa dizer que os dispositivos auto-aplicáveis entram em vigor imediatamente. No caso da trabalhadora que esteja no 89º dia de licença-gestante na data da promulgação, por exemplo, a empresa é obrigada a conceder mais um mês, como manda a nova Carta", acredita.

O professor Miguel Reale Júnior, assessor jurídico do deputado Ulysses Guimarães, tem a mesma visão de Fogaça. Ele admite, porém, que casos como o dos trabalhadores em férias e o da gestante em licença deverão ser objetos de constantes recursos à Justiça, pelo menos



Almir Gabriel: 30% precisam de regulamentação

Carta é novo Cruzado para ACM

Rio — O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, teme que, assim como o cruzado, a nova Carta venha a enganar muita gente, já que os benefícios sociais que serão concedidos — como redução da jornada de trabalho e licença paternidade — não poderão ser cumpridos. Em entrevista coletiva, ontem, na Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, Antônio Carlos criticou o resultado dos trabalhos da Constituinte e disse que a Constituição é inexecutável porque

contemplou interesses específicos.

O ministro afirmou ainda que a bancada nordestina errou quando votou a reforma tributária capitaneada pelos deputados José Serra (PMDB-SP) e Francisco Dornelles (PFL-RJ) e foi iludida com a proposta de fortalecimento do Banco do Nordeste. Segundo ele, essa foi uma grande manobra para favorecer grupos fortes de São Paulo, que poderão tomar dinheiro do Banco do Nordeste para investir na região.

Ele não acredita que o Palá-

nos primeiros meses de vigência da Constituição.

Para o ex-deputado João Gilberto, que dirige o Centro de Acompanhamento da Constituinte, da Universidade de Brasília, dúvidas deste tipo deverão chegar até o Supremo Tribunal Federal, encarregado de dirimir pendências constitucionais. "A minha impressão pessoal é de que o trabalhador não terá direito ao adicional, nem a gestante à ampliação da licença, mas é uma questão de interpretação e se pode muito bem recorrer à Justiça", avalia Gilberto.

O ex-deputado lembrou, a propósito, problema parecido que a Justiça Eleitoral terá pela frente: "A Constituinte reduziu o prazo de domicílio eleitoral para candidatos ao próximo pleito, que é de um ano pela Constituição em vigor. Pois bem: se a nova Carta for promulgada antes de 15 de novembro, o que certamente ocorrerá, quem quer que se julgue prejudicado na questão do domicílio pode entrar com recurso e modificar completamente o quadro de candidaturas", afirmou João Gilberto.

Como se vê pelos depoimentos dos próprios políticos, se quiser ter acesso a alguns dos benefícios concedidos pela Constituinte é bom o cidadão se cercar de auxílio jurídico. Um bom instrumento oferecido pela nova Carta é o chamado mandado de injunção, que pode ser utilizado "sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais".



Médico exhibe cartaz pirata

Sangue tem até guerra de cartazes

A briga entre os que defendem e os que não defendem a proibição da comercialização do sangue no texto constitucional pode deixar o plenário e os corredores do Congresso e chegar aos tribunais. Ontem à tarde começou a circular na Câmara e no Senado uma nova versão do cartaz criado pelo cartunista Ziraldo para a campanha estatizante. Ao contrário dos primeiros cartazes, no entanto, esses trazem mensagem contra a estatização da comercialização e, de acordo com Crescêncio Antunes da Silveira, presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, foram feitos pelos que "têm seus interesses contrariados com a proibição".

— "Houve má fé", afirmou Crescêncio, para quem os cartazes idênticos mas com mensagens opostas têm a única função de confundir os constituintes.

O deputado Pedro Canedo, autor de uma das 13 emendas que suprimem do texto a proibição da comercialização dos hemoderivados, por sua vez, afirma que viu os cartazes, "mas não existe neles a intenção de confundir". Para Canedo, os constituintes já sabem como irão votar. "Esse cartaz não terá qualquer efeito", disse. O cartaz desenhado por Ziraldo trazia o mapa do Brasil traçado em sangue e os seguintes dizeres: "Sangue não é mercadoria. Salve o Sangue do povo brasileiro". O cartaz "pirata" traz o mesmo desenho, mas os seguintes dizeres: "Sangue não é mercadoria. Constituinte: não estatize. Lembre-se de sua família".